



## destaques do mês

### **Governo vai testar novo modelo de ferrovias**

O governo colocou à venda a possibilidade de transportar carga pela Ferrovia Oeste-Leste, que tem só 20% construídos. A linha ficará pronta em dezembro de 2014, segundo a estatal Valec, responsável pela obra. O trecho oferecido tem 536 km de extensão e liga Caetitê ao porto de Ilhéus (BA). Já há uma empresa interessada, segundo informou o Presidente da Valec, Josias Sampaio Cavalcante Junior. Trata-se da Bahia Mineração (Bamin), empresa controlada pela *Eurasian Natural Resources Corporation* (ENRC), com sede na Inglaterra. Este será o primeiro teste da Valec no novo papel de revendedora de capacidade de carga, conforme o modelo de ferrovias anunciado em agosto de 2012. A idéia é entregar a construção e operação de 10.000 km de ferrovias à iniciativa privada. O concessionário venderá toda sua capacidade de carga à Valec, que a oferecerá a empresas que tenham carga própria ou de terceiros para transportar. De acordo com nota técnica da Valec, as regras tarifárias e operacionais ainda serão detalhadas. Também não estão determinados os procedimentos para os interessados fazerem reserva de horário para transportar a carga. Segundo o Presidente da Valec, a capacidade de carga foi oferecida agora, com tanta antecedência, para conferir que tipo de empresa utilizará a ferrovia. Se for o caso, poderão ser feitas adaptações. A expectativa é que nesse trecho o principal cliente seja mesmo a Bamin. (25.03.2013 - Estadão)

### **Aneel libera mercado de curto prazo e adia mudanças para 2014**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a retomada das negociações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no mercado de curto prazo do ambiente de comercialização livre. As negociações foram suspensas em janeiro e fevereiro. A Aneel também adiou para 2014 a reformulação dos cálculos do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A Agência desconsiderou a possibilidade de recontabilização dos valores para o período, a fim de evitar eventual ônus bilionário aos consumidores atendidos pelas distribuidoras. Isso poderia ocorrer se confirmado o cenário de custo da energia no mercado de curto prazo favorável às geradoras. O novo cálculo, caso fosse aprovado, seria feito com base nas capacidades de geração das usinas, recurso conhecido por "sazonalização flat", que é praticado pela usina de Itaipu. Com a recusa da proposta de repactuação dos contratos, a Aneel deu prazo de 60 dias para a área técnica iniciar estudos de aprimoramento das regras que passarão a valer no ano que vem. As liquidações financeiras foram suspensas no instante em que o Governo Federal anunciava medidas para conter o impacto do alto custo das térmicas sobre o caixa das distribuidoras e sobre as tarifas de energia dos consumidores comuns. No dia 8 de março, um despacho da área técnica da Agência proibiu a CCEE de liberar os pagamentos, estimados atualmente pelo setor em R\$ 6 bilhões. A ação da Aneel veio para conter os

## painel

### ■ Consulta Pública sobre procedimentos e diretrizes da individualização da produção de petróleo e gás natural

Está em consulta pública a redação final da Resolução que regulamenta os procedimentos e diretrizes da Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural. A consulta se encerrará em 14 de abril de 2013. Mais informações: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)

### ■ ANTT lança consulta sobre Pagamento Eletrônico de Frete - PEF

As contribuições para a Resolução que altera a Resolução ANTT nº 3.658/2011 que regulamenta o art. 5-A da Lei nº 11.442/2007 que dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Cargas por conta de terceiros mediante remuneração (Pagamento Eletrônico de Frete - PEF) poderão ser enviadas até 11 de abril de 2013. Mais informações: [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)

efeitos da estratégia de geradoras que ofertaram ao mercado - através da declaração do lastro apresentada à CCEE - um volume de energia acima da garantia física de suas usinas. A decisão das empresas foi adotada quando se percebeu que a expectativa sobre o custo da energia para janeiro era de forte elevação. A sinalização clara do mercado de que o preço da energia bateria nas alturas veio, inicialmente, do quadro de escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas. Porém, eles puderam ter certeza quando o processo de alocação de energia, previsto para dezembro, foi adiado. Em janeiro, as empresas já sabiam que o lucro estaria garantido se ampliassem o lastro de energia naquele momento. (27.03.2013 - Valor Econômico)

## **Governo aposta em novas ações no Porto de Santos**

Sem condições de adotar no curto prazo medidas profundas para corrigir as deficiências do sistema logístico, o Governo analisa ações pontuais, principalmente no Porto de Santos, voltadas à gestão portuária. O objetivo é desafogar o escoamento de exportações, com destaque para soja e milho. Dados preliminares indicam que, com a organização do sistema, haverá crescimento de 5% a 10% das exportações dos dois produtos, o que corresponderia a um acréscimo de até US\$ 2,3 bilhões. As medidas em estudo abrangem a simplificação de procedimentos e a adequação de horários de funcionamento dos Órgãos Públicos Federais que atendem no terminal, como a Receita, o Ministério da Agricultura, a Anvisa e a Polícia Federal. Uma das propostas é que eles passem a funcionar 24 horas por dia. De acordo com o Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, o Porto de Santos precisa ser remodelado, ainda mais com a colheita do volume recorde de cerca de 300 milhões de toneladas de grãos. Castro avalia que, além de pistas separadas por tipo de produto nos caminhões, o terminal deveria ter pontos exclusivos para receber e enviar grãos ao exterior. Contêineres e sacas estão misturados, o que dificulta as operações. (26.03.2013 - O Globo)

## **Volta de térmicas a carvão pode liberar R\$ 6 bilhões em projetos**

Cerca de R\$ 6 bilhões em projetos poderão ser acionados se o Governo Federal permitir que usinas térmicas movidas a carvão participem do próximo leilão de energia, a ser realizado no segundo semestre deste ano. O Ministro de Minas e Energias, Edison Lobão, sinalizou que a fonte deverá ser contemplada no próximo edital. O último leilão que autorizou a participação das usinas a carvão foi realizado em 2008. Questões ambientais e de mercado (a energia de termelétricas é mais cara) foram responsáveis por excluí-las das disputas seguintes. A volta do carvão ocorreria para garantir uma maior segurança energética e evitaria sustos em decorrência do nível dos reservatórios de água. De acordo com o Ministério, cerca de 2.452 MW, cujos projetos demandarão cerca de R\$ 6 bilhões, estão aptos a participar de leilões, pois já têm licença ambiental prévia. (21.03.2013 - Folha de São Paulo)

## Setor de saneamento pode ter fundo para alavancar parcerias com o setor privado

O Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, estuda a criação de novos modelos para o setor de saneamento básico, com o objetivo de acelerar os investimentos na área. Uma das propostas em exame é a criação de um fundo de recursos para alavancar as parcerias com o setor privado, as PPPs. Também está em análise um "funding", que permita que as companhias estaduais de saneamento ampliem os seus investimentos. Segundo o Ministro, todo o setor de saneamento será beneficiado, ainda neste ano, com a desoneração da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O objetivo é desonerar a atividade como um todo, mas com a garantia de que esse dinheiro, oriundo da desoneração, seja canalizado para investimento no setor. O custo dessa desoneração será pouco superior a R\$ 2 bilhões, calcula Ribeiro, que deseja que a desoneração seja feita de forma desburocratizada, para que a empresa possa investir rapidamente. O Ministro explicou que a dificuldade de investimento nessa área decorre, em parte, da forma como está montado o sistema de saneamento no Brasil. "Mesmo com a disponibilização dos recursos, e com a disposição do Governo Federal de investir no sistema, não somos nós que fazemos os investimentos", explicou. "Fazemos via Governos Estaduais, ou companhias municipais, que são mais de duas mil." O Ministro comemorou também a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que concluiu o julgamento da ação sobre a titularidade do serviço de saneamento nas regiões metropolitanas. O Supremo decidiu que a gestão do serviço será compartilhada pelo Estado e pelos Municípios de cada região. "Essa definição ajuda muito, do ponto de vista da segurança jurídica", disse Ribeiro. (25.03.2013 - Valor Econômico)

## Demora em unificação de leis sobre antena de celular atrasa investimentos

Com mais de R\$ 1 bilhão em investimentos anunciados, a infraestrutura para telefonia celular, notadamente antenas, está em compasso de espera aguardando a aprovação da lei que regulamenta as antenas de celular (PL 5013/2013). Atualmente, o País precisa de mais de seis mil novas antenas, mas a capacidade de instalação é limitada, pois o licenciamento é lento e complicado. A proposta prevê compartilhamento da infraestrutura já instalada e estabelece normas de política urbana e proteção à saúde e ao ambiente. O principal desafio da pauta, contudo, é simplificar o processo de licenciamento, que vem retardando a efetivação dos investimentos e atrasando o avanço da tecnologia de quarta geração (4G), que permite transmissão de dados em alta velocidade. A tecnologia tem de estar disponível nas cidades-sede da Copa das Confederações a partir de abril e nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 até dezembro de 2013, conforme exigência da Anatel. As operadoras vencedoras e habilitadas para explorar o serviço foram Vivo, Oi, Tim e Claro. O PL garante às operadoras licença automática para instalação de antenas e infraestrutura, caso as Prefeituras não apresentem decisão em até 60 dias contados a partir do requerimento. (Brasil Econômico - 18.03.2013)

## Projetos de transmissão de energia terão R\$14,6 bilhões até 2017

O setor de transmissão de energia elétrica no Brasil deve receber investimentos de R\$ 14,6 bilhões para novos projetos até 2017 segundo estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O maior aporte previsto para o período 2013-2017, de R\$ 4,9 bilhões, será para a Região Norte, com extensão de 4,8 mil km em linhas de transmissão. Além disso, a Região deverá ter seis novas subestações, que receberão R\$ 2,2 bilhões oriundos do Programa de Expansão da Transmissão (PET) 2013-2017. Na Região, somente as linhas de transmissão para a usina hidrelétrica de Belo Monte e subestações têm investimento total previsto de R\$ 4 bilhões. A estimativa é que a linha de transmissão de Belo Monte inicie sua operação em janeiro de 2017, com uma extensão de 2,1 mil km e capacidade de escoar até 4 mil megawatts (MW) para a Região Sudeste. Entre as outras regiões do País, o Sul deve contar com um aporte de R\$ 500 milhões, com 625 km de linhas de transmissão, além de outros R\$ 300 milhões para três novas subestações. O Nordeste deverá ter 2,4 mil km de linhas de transmissão e um total de R\$ 1,5 bilhão em investimentos. Também estão previstos R\$ 900 milhões para cinco novas subestações na Região. O programa prevê que a Região Sudeste/Centro-Oeste receba investimentos de R\$ 1,5 bilhão para implantação de 2,7 mil km de linhas de transmissão e R\$ 2,8 bilhões para sete subestações. Segundo a EPE, os R\$ 14,6 bilhões previstos correspondem a investimentos em projetos cujos estudos já foram concluídos e que entrarão em operação entre 2013 e 2017. (18.03.2013 - Estadão)

## Eólica ficará mais cara nos leilões este ano

Os baixos preços da energia eólica no último leilão promovido pelo Governo, em dezembro, podem não se repetir nos próximos certames. O Presidente da Renova, Mathias Becker, prevê que os preços serão entre 12% e 18% mais altos, portanto, acima de R\$ 100/MWh. A Renova, a maior geradora eólica do País, vendeu só 10,6 MW médios no leilão, que vão lhe trazer uma receita bruta anual de R\$ 8 milhões quando as turbinas entrarem em operação na Bahia, daqui a cinco anos. A energia foi vendida por cerca de R\$ 90 por MWh. Segundo Becker, tratou-se de um preço excepcional, que só foi possível devido a uma combinação de fatores. Na avaliação do executivo, as mudanças nas regras da Finame, linha de crédito do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) utilizada para a aquisição dos aerogeradores, elevarão os custos dos empreendimentos e, conseqüentemente, da energia vendida nos próximos leilões. Para cumprir com as exigências do BNDES, os fornecedores terão de investir em fábricas no Brasil, diz Becker, que também prevê uma redução no número de fabricantes de equipamentos que permanecerão no mercado brasileiro. (20.03.2013 - Valor Econômico)

# 1. Energia Elétrica

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

### Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	3.248	1.303	3.097	3.965	3.667	15.281
Otimista	3.248	1.303	3.097	4.421	3.667	15.736

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.772	1.179	1.350	0	0	4.301
Otimista	1.795	1.179	1.400	650	0	5.024

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.750	677	595	0	0	4.021
Otimista	3.642	3.486	2.128	543	0	9.798

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	7.770	3.159	5.042	3.965	3.667	23.603
Otimista	8.684	5.968	6.625	5.613	3.667	30.557

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

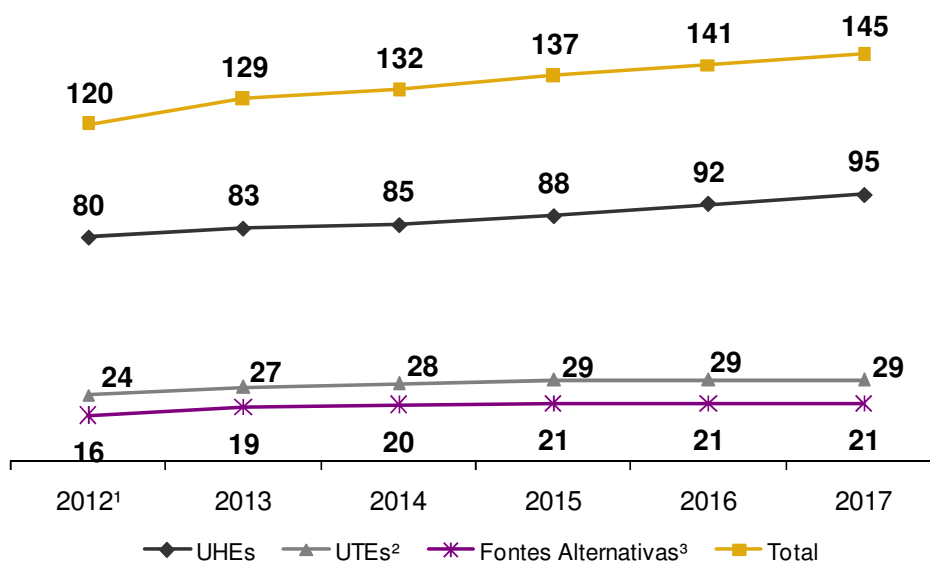
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,9% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de fevereiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,5 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4% ao ano.

### Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

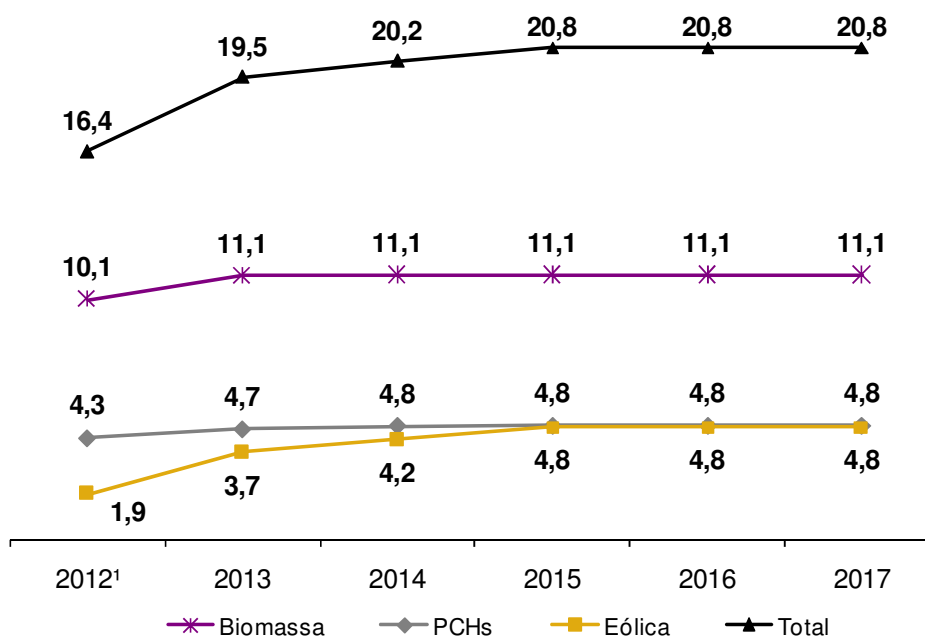
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2012.

<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

\* Exclui Centrais Nucleares.

### Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 19% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,6 e 3,5%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15,3 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 5,0 mil MW até 2017, sendo que cerca de 4,3 mil MW (86%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com doze unidades geradoras em operação comercial e duas em fase de comissionamento. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia.

A conexão final ao SIN, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do 1º bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira (HVDC). A linha de transmissão em corrente contínua (600kVcc), que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de implantação com certo atraso, pois sua conclusão, no trecho entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, foi em parte impactada pelo regime de chuvas desta época do ano na região amazônica. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 já estão em comissionamento, com previsão de operação para o final do primeiro semestre deste ano, junto com a Linha de Transmissão 600kVcc.

A geração comercial da primeira unidade da hidrelétrica de Jirau, prevista para maio, está condicionada ao enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

Os Consórcios que constroem as obras de Santo Antônio e Jirau estão iniciando as negociações de dissídio coletivo com os sindicatos e representantes dos trabalhadores, na expectativa de que este ano as negociações ocorram num clima de ordem e serenidade e de que não ocorram atos de vandalismo como em anos anteriores.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 518 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,2 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

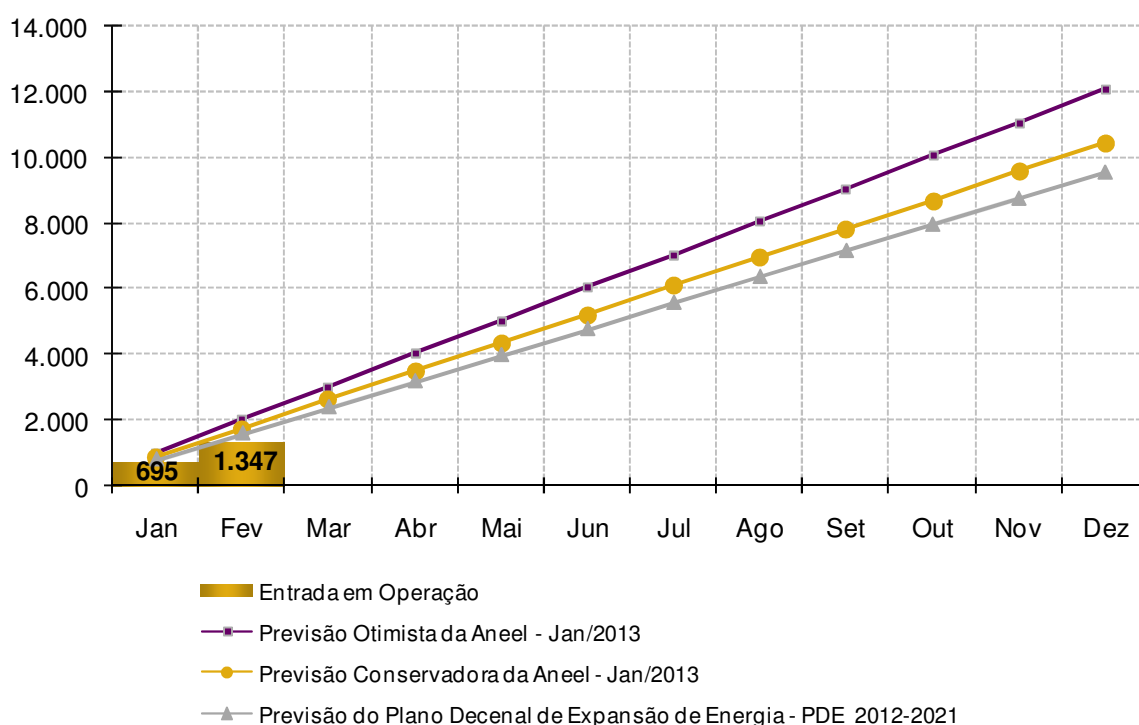
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 728 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,5 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7 mil MW, apenas 39% da potência (2,8 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)

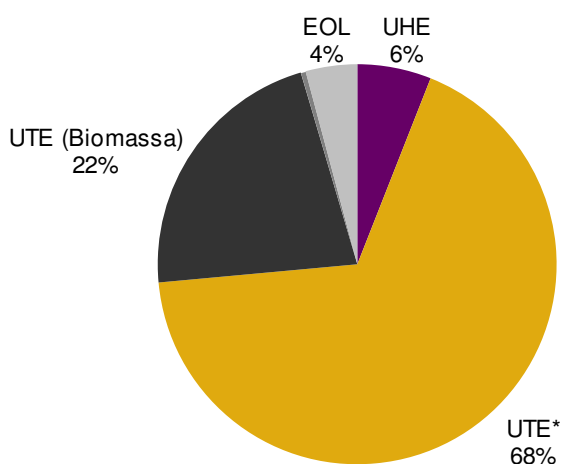


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.



Em 2013, até 15 de fevereiro, entraram em operação 1.347 MW. Desse total, as UTEs representaram 68% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 22% da potência total instalada, as UHEs representaram 6% e as EOL representaram 4% da capacidade instalada no período

### Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de fevereiro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2013, 37.893 GWh, apresentando crescimento de 3% em relação a fevereiro de 2012.

De acordo com a EPE, a expansão do consumo ocorreu principalmente nas classes residencial e comercial, explicado por razões conjunturais, como a temperatura e o ciclo de faturamento relativamente maior (maior número de dias faturados).

Em fevereiro de 2013, o consumo industrial de energia elétrica foi de 14.699 GWh, valor 2% inferior ao observado no mesmo mês de 2012. Porém, cabe ressaltar que o ano anterior foi bissexto. Para expurgar este efeito, calculou-se o consumo industrial médio diário em fevereiro de 2012. Resultou o consumo de 519,5 GWh por dia. Em fevereiro deste ano foram 525 GWh, o que indica um crescimento de 1,1%. O consumo industrial de energia elétrica apresentou crescimento de 1,4% em relação ao mês anterior.

Ainda de acordo com a EPE, nestes primeiros meses de 2013, o comportamento do consumo de energia de toda a classe industrial esteve fortemente condicionado pela retração dos setores da metalurgia do alumínio e da siderurgia, incluindo aí o segmento de ferroligas. Note-se que todas são indústrias energo-intensivas. De fato, a partir de dados da Associação Brasileira do Alumínio, pode-se estimar que a ocupação da capacidade produtiva nesse ramo da indústria caiu, do ano passado para este, de aproximadamente 98% para algo em torno de 93%.

No caso da siderurgia, é indicativo da performance setorial a queda de 6% na produção de aços longos. No caso de ferroligas, em particular, além da influência direta que o setor sofre da siderurgia, há um trade off entre

seu custo de produção e o preço da energia. Assim, como já ocorreu no passado em conjunturas semelhantes, o preço elevado da energia no mercado de curto prazo enseja comercialização de parcela do contrato de energia desses consumidores, ainda que isso possa significar redução da produção.

### Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Fevereiro 2012	Fevereiro 2013	Var. %	Jan-Fev 2012	Jan-Fev 2013	Var. %
Residencial	9.688	10.451	8	19.482	21.363	10
<b>Industrial</b>	<b>15.066</b>	<b>14.699</b>	<b>-2</b>	<b>29.665</b>	<b>29.005</b>	<b>-2</b>
Comercial	6.620	7.013	6	13.097	14.208	8
Outras	5.540	5.730	3	11.025	11.628	5
<b>Total</b>	<b>36.914</b>	<b>37.893</b>	<b>3</b>	<b>73.269</b>	<b>76.204</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

## 2. Petróleo

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de fevereiro de 2013 foi de 58 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 12% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API médio do petróleo produzido em fevereiro de 2013 foi de aproximadamente 24,3°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 64% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 28% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

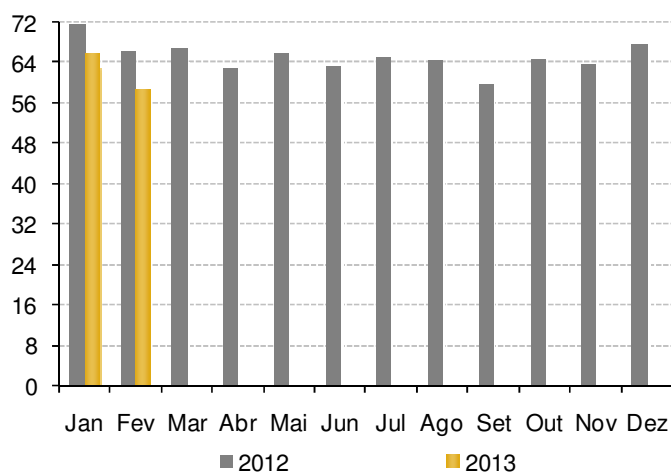
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2013, foi de 58 milhões de bep. Esse volume foi 8% superior ao observado em janeiro de 2012.

De acordo com a ANP, em fevereiro de 2013, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em fevereiro de 2013, foi de 11 milhões de bep, valor 35% inferior ao exportado em fevereiro de 2012.

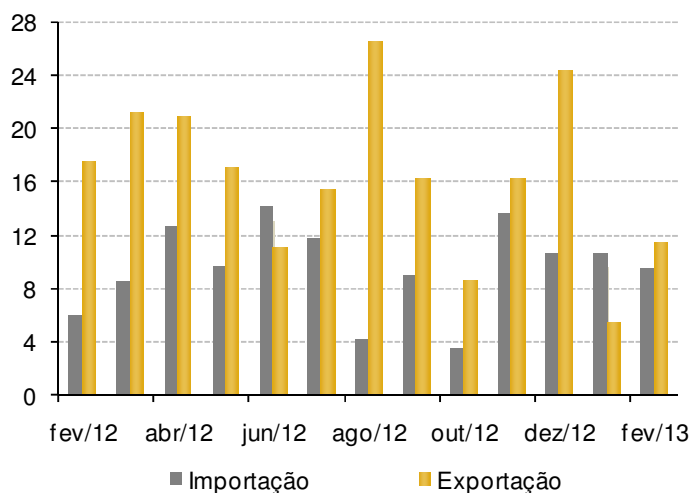
O preço médio do petróleo importado pelo País, em fevereiro de 2013, foi de US\$ 118,35/barril, valor 3% inferior ao observado em fevereiro de 2012.

### Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



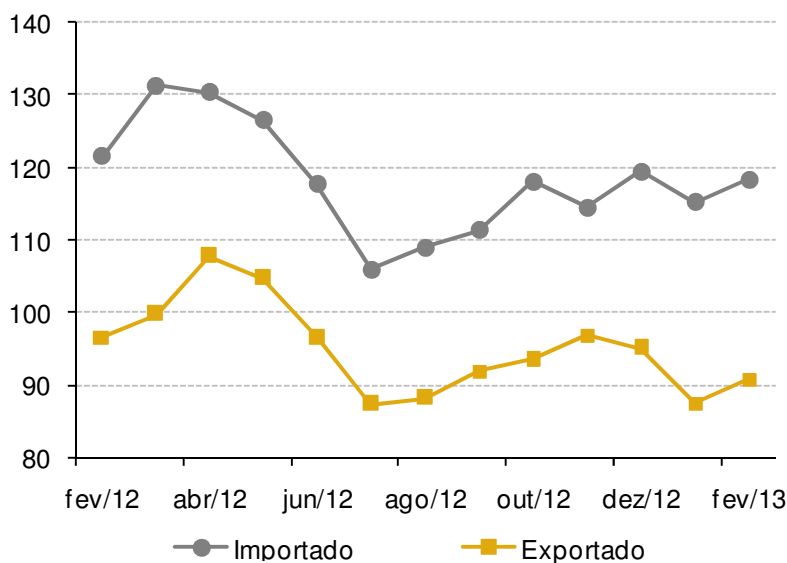
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

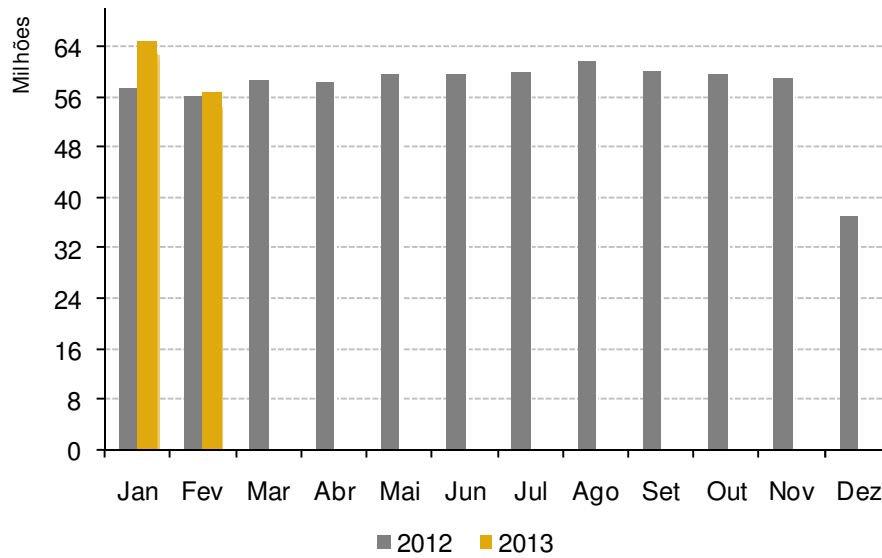


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

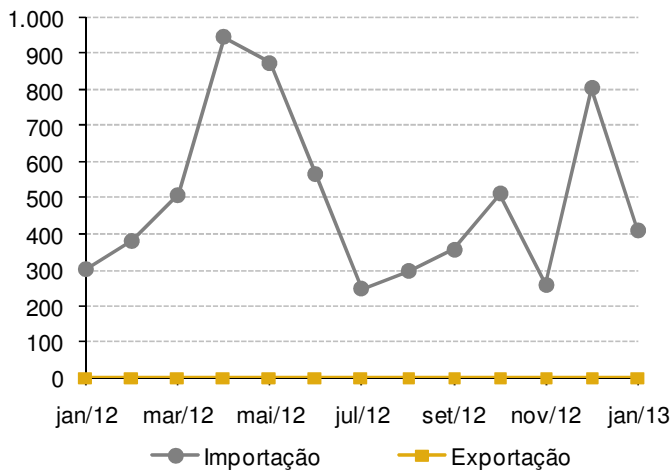
Em fevereiro de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 57 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³) apresentou valor próximo ao produzido em fevereiro de 2012.

## Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



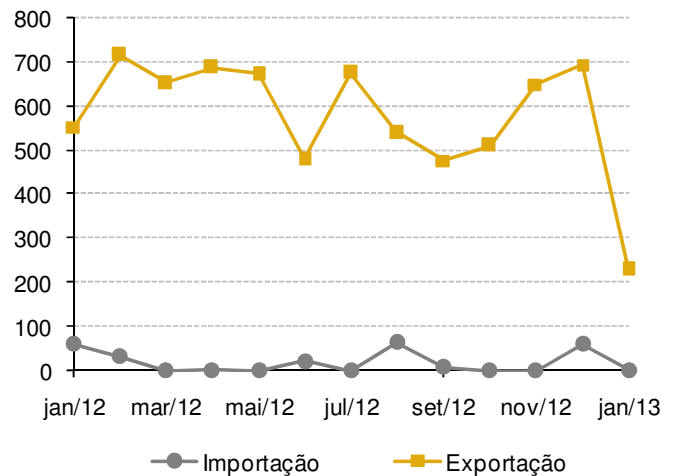
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

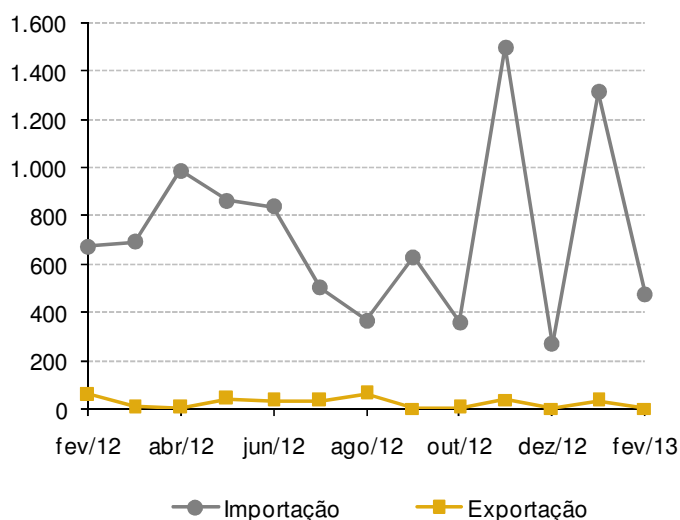


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2013, foi de 12 milhões bep, valor 15% inferior ao registrado em fevereiro do ano anterior.

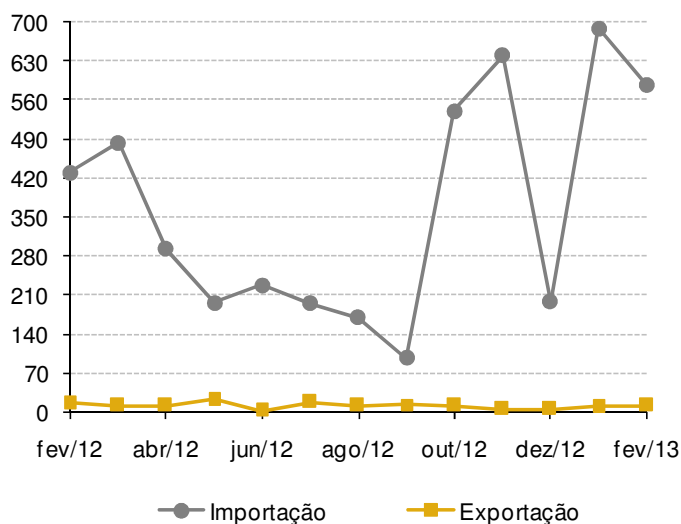
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2013, foi constatado um total de 5 milhões bep, o que representa um volume 51% inferior ao mesmo mês de 2012.

### Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.3. Dependência Externa (ANP)

Em fevereiro de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 8% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 5 milhões de bep frente a um consumo aparente de 64 milhões de bep.

### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Fevereiro/2012	jan-fev/2012	Fevereiro/2013	jan-fev/2013
Produção de Petróleo (a)	66	138	58	124
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-11	-18	-2	3
Imp. Líq. de Derivados (c)	5	6	7	20
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	59	126	64	148
Dependência Externa (e)=(d-a)	-7	-12	5	24
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>-11</b>	<b>-9</b>	<b>8</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 961 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 961 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 432 milhões FOB.

## Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Fevereiro/2012	jan-fev/2012	Fevereiro/2013	jan-fev/2013
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	1.682	3.236	1.032	1.506
Dispêndio com importação (b)	730	1.849	1.123	2.343
Balança Comercial (c)=(a-b)	952	1.387	-91	-837
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	994	1.881	502	1.209
Dispêndio com importação (e)	1.515	2.601	1.373	3.689
Balança Comercial (f)=(d-e)	-520	-719	-871	-2.480
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.676	5.117	1.534	2.715
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.245	4.450	2.496	6.032
Balança Total (i)=(g)-(h)	432	668	-961	-3.317

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

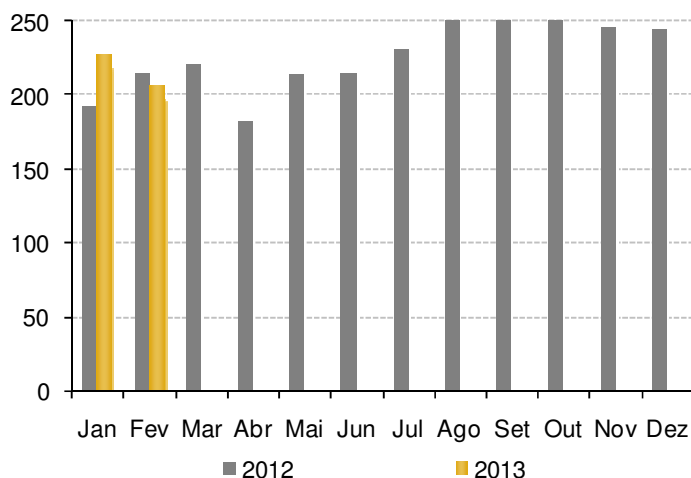
## 3. Biocombustíveis

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2013, foi de 206 mil m<sup>3</sup>, montante 4% inferior ao produzido em fevereiro de 2012.

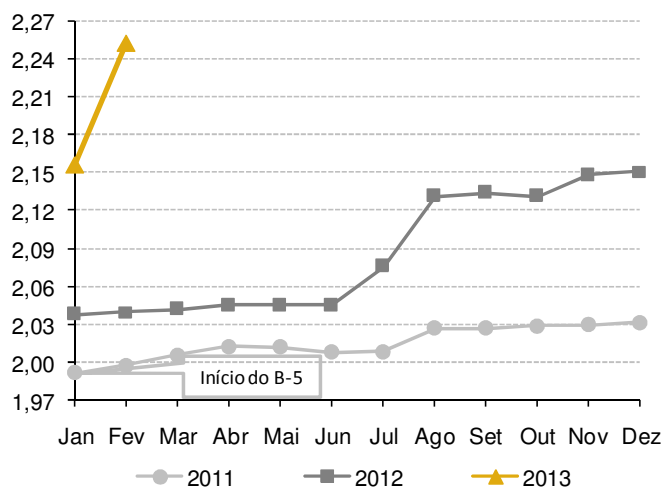
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em janeiro de 2013, foi de R\$ 2,25/ℓ, valor 10% superior observado em fevereiro de 2012.

Produção de Biodiesel  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5  
(R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

## 3.2. Álcool

### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 28 de fevereiro de 2013, 23.349 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 13.705 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 2% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

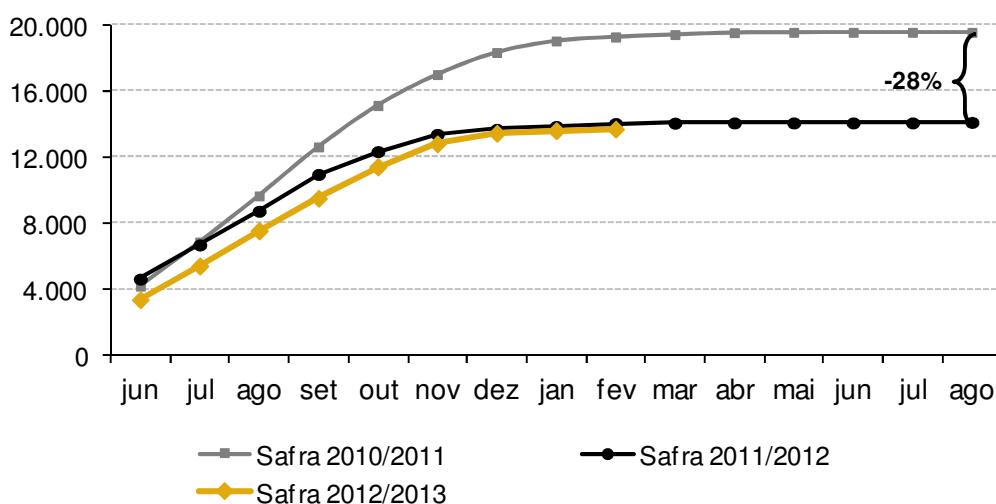
A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com queda na produção do álcool hidratado e alta na produção de álcool anidro.

A produção de açúcar apresentou alta. Até 28 de fevereiro de 2013, produziu-se 38.076 mil ton de açúcar, volume 7% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

#### Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 28 de fevereiro de 2012)	Safra 2012/2013 (até 28 de fevereiro de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	8.606	9.644	12
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	14.044	13.705	-2
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>22.650</b>	<b>23.349</b>	<b>3</b>
<b>Açúcar (mil ton)</b>	<b>35.685</b>	<b>38.076</b>	<b>7</b>

#### Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)

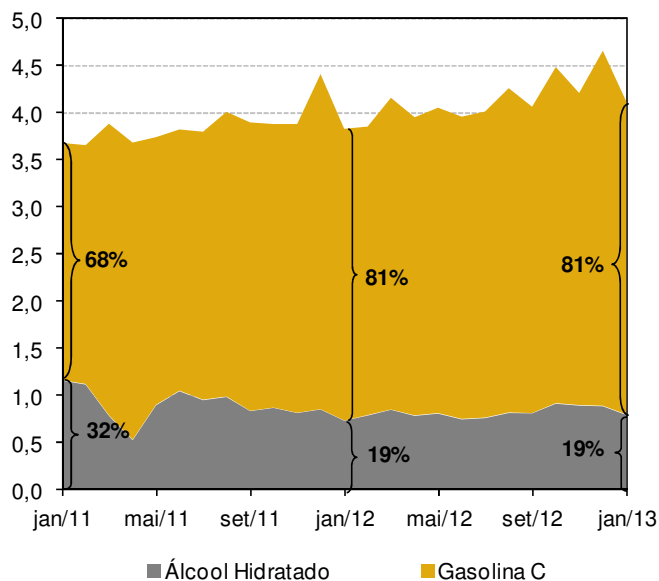


Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

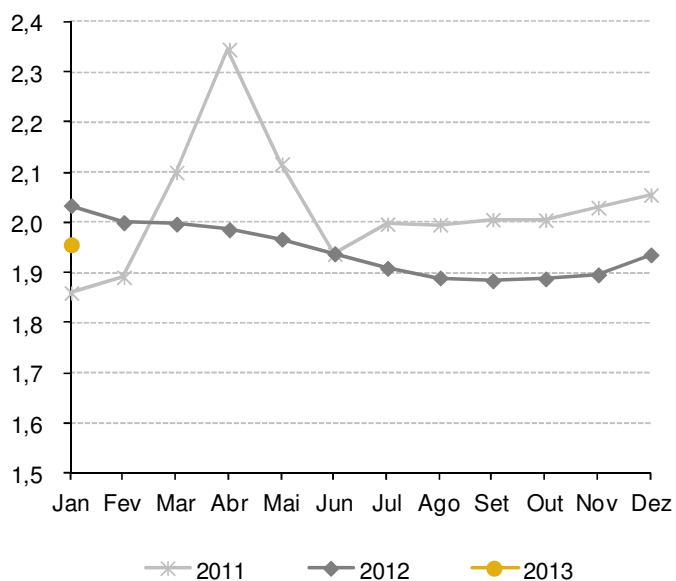
Até o fechamento dessa edição a Agência Nacional de Petróleo (ANP) não havia atualizado os dados referentes à venda de álcool etílico hidratado e Gasolina C para fevereiro de 2013. Seguem as últimas informações disponíveis

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup>  
(milhão m<sup>3</sup>)



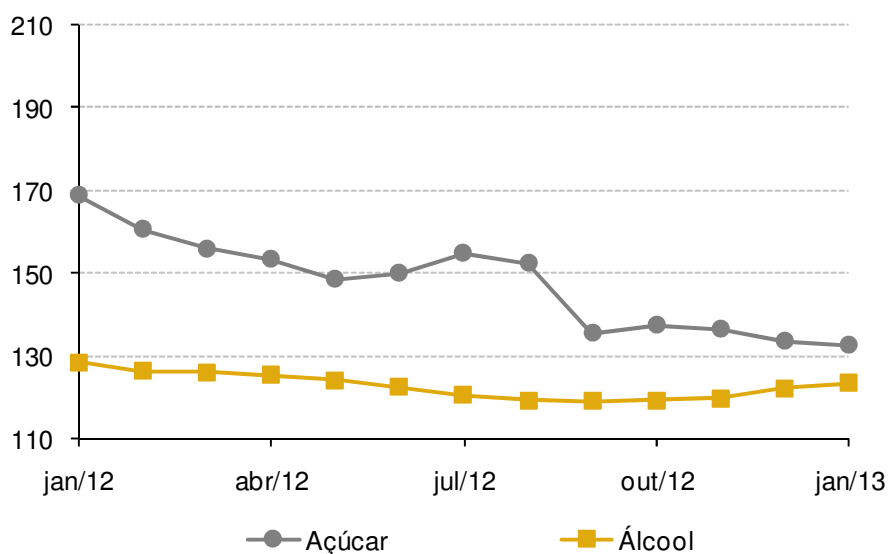
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado  
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.



## 4. Gás Natural

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2013, foi de 76.537 mil m<sup>3</sup>, representando um aumento de 10% comparado à média verificada em fevereiro de 2012.

A importação de gás natural realizada pelo País em fevereiro de 2012 foi de 49.383, mil m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 102.400 mil m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 36% superior ao observado em fevereiro de 2012.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em fevereiro de 2013. Em fevereiro de 2012, essa proporção havia sido de 36%.

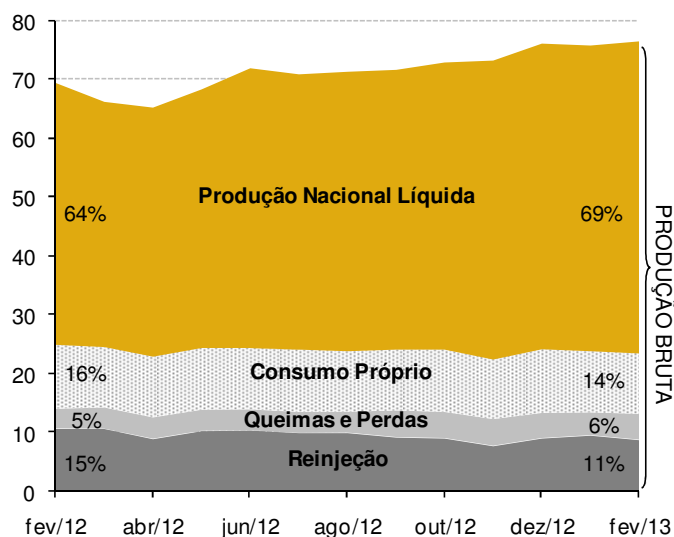
#### Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Fevereiro/2012	Média do período jan-fev/2012	Média em Fevereiro/2013	Média do período jan-fev/2013
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>69.500</b>	<b>70.297</b>	76.537	<b>76.195</b>
- Reinjeção	10.620	10.938	8.733	9.105
- Queimas e Perdas	3.405	3.949	4.403	4.152
- Consumo Próprio	10.967	10.840	10.385	10.448
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>44.507</b>	<b>44.569</b>	<b>53.016</b>	<b>52.490</b>
+ Importação	30.867	26.270	49.383	48.853
<b>= Oferta</b>	<b>75.374</b>	<b>70.839</b>	<b>102.400</b>	<b>101.343</b>

<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

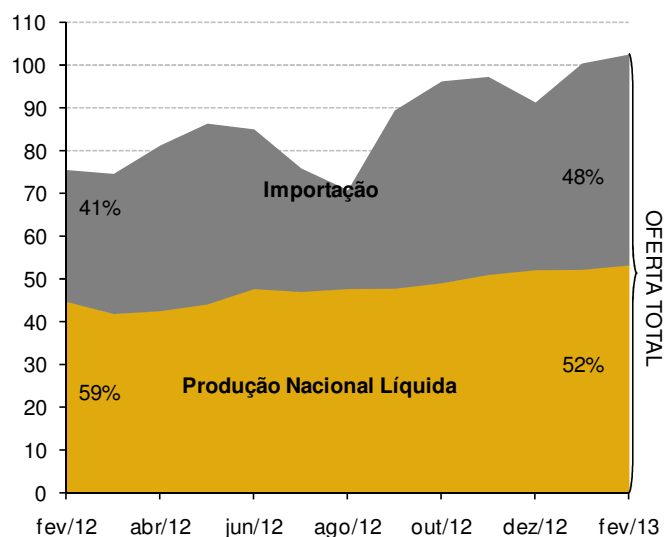
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em fevereiro de 2013 foi, em média, de 70 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 42% superior ao volume médio diário consumido em fevereiro de 2012.

O setor industrial, em fevereiro de 2013, consumiu 27 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A geração elétrica foi responsável por 42% do volume total de gás consumido em fevereiro de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 38% do consumo de gás natural em fevereiro de 2013.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Varição %
	Fevereiro/2013	Jan-Fev/2013	Fev-2013/ Fev-2012
<b>Industrial</b>	<b>26.782</b>	<b>27.014</b>	<b>-8</b>
Automotivo	5.060	4.976	-5
Residencial	906	774	10
Comercial	704	678	6
Geração Elétrica	29.409	29.500	212
Co-geração*	2.559	2.476	-15
Outros	4.565	4.603	373
<b>Total</b>	<b>69.985</b>	<b>70.022</b>	<b>42</b>

\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

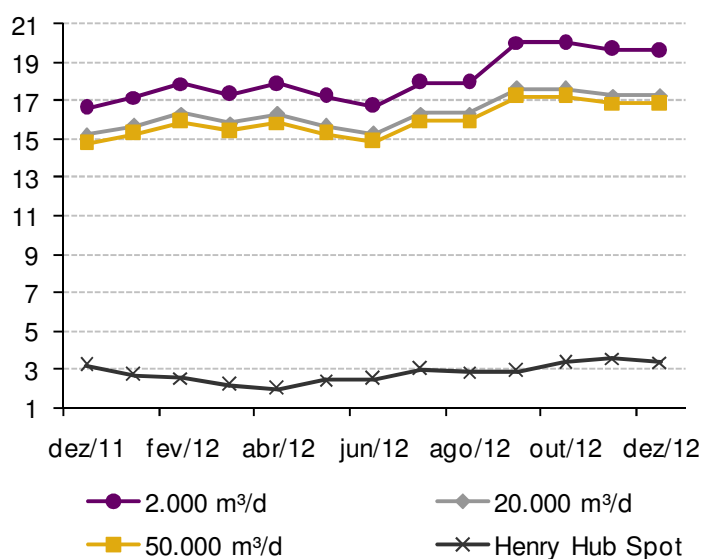
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

### 4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em dezembro de 2012, foi de US\$17,91/MMBTu, valor 15,2% superior ao apresentado em dezembro de 2011 (US\$ 15,54/MMBTu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em dezembro de 2012, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,34/MMBTu, valor 5,4% superior ao apresentado em dezembro de 2011 (US\$ 3,17/MMBTu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBTu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

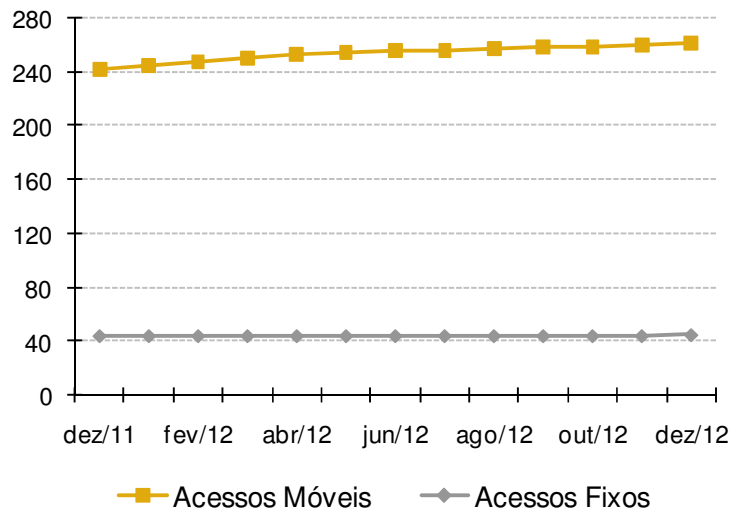
## 5. Telecomunicações

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a Anatel não havia atualizado os dados referentes aos Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis. Seguem as últimas informações disponíveis. Em dezembro de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 262 milhões, montante 8% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,7% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em dezembro de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,9 milhões, valor 1,7% superior ao averiguado em dezembro de 2011.

### Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



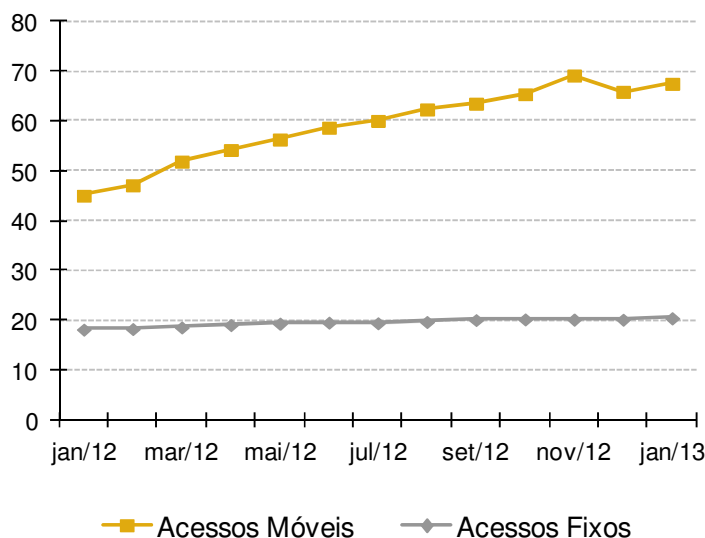
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

### 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em dezembro de 2012 foi de 68 milhões, montante 60% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a novembro de 2012, os acessos de internet móvel foram 5% inferiores.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de dezembro de 2012, um crescimento de 9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a novembro de 2012, os acessos a internet fixa foram similares.

### Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel<sup>1</sup> e Fixa<sup>2</sup> (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

<sup>1</sup> WCDMA, M2M e Banda Larga Móvel

<sup>2</sup> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

## 6. Transportes

### 6.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em janeiro de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 17% superior ao observado em janeiro de 2012, enquanto a movimentação de granel líquido foi 7% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em janeiro de 2013, foi 7% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em janeiro de 2013, os TUPs representaram 75% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 48.331 mil toneladas, volume 10% superior a janeiro de 2012. Os portos públicos movimentaram 16.171 mil toneladas em dezembro de 2012, volume 1% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em novembro de 2012 foi de 510.731 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 20% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

#### Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

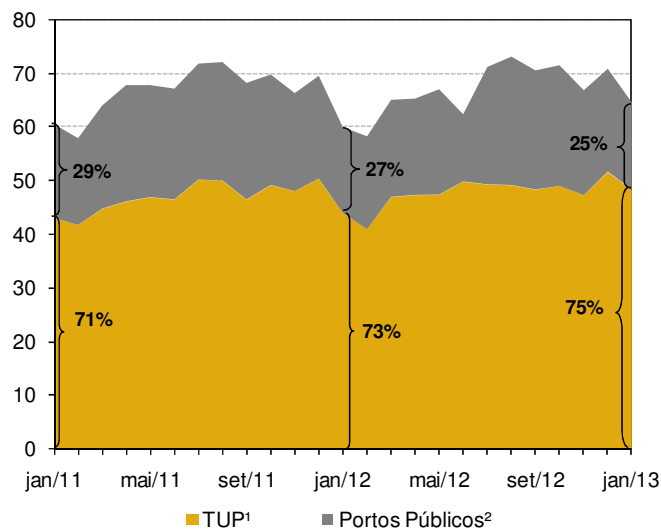
	Período		Variação %
	Jan/2012	Jan/2013	Jan-2013 / Jan-2012
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>36.812</b>	<b>42.056</b>	<b>14%</b>
<i>Portos Públicos</i>	11.714	11.513	-2%
<i>TUPs</i>	25.098	30.542	22%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>19.676</b>	<b>18.396</b>	<b>-7%</b>
<i>Portos Públicos</i>	3.539	3.358	-5%
<i>TUPs</i>	16.137	15.038	-7%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.823</b>	<b>4.050</b>	<b>6%</b>
<i>Portos Públicos</i>	1.050	1.299	24%
<i>TUPs</i>	2.773	2.751	-1%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>60.311</b>	<b>64.502</b>	<b>7%</b>
<i>Portos Públicos</i>	16.303	16.171	-1%
<i>TUPs</i>	44.008	48.331	10%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (99 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Cargas (milhões t)

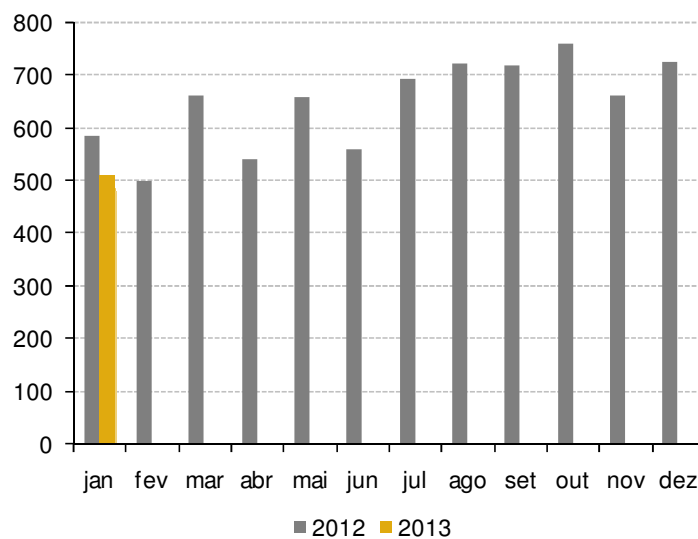


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (99 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Contêineres\* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (99 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

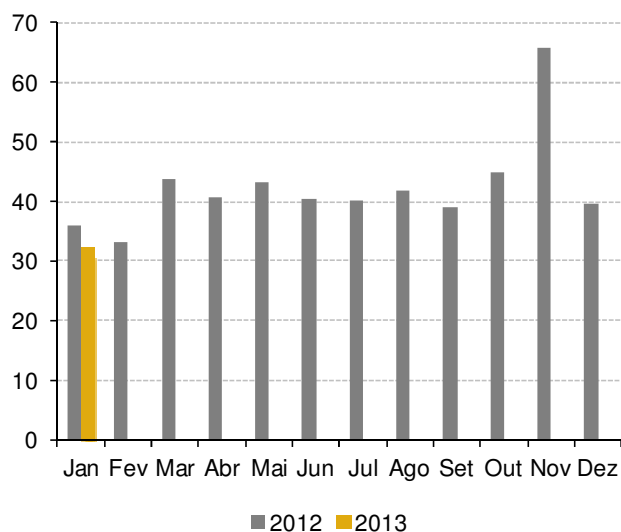
## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Desde novembro de 2012 a INFRAERO não homologa os dados de movimentação de carga e passageiros para os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Enquanto a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) não disponibilizar esses dados mensalmente as análises sobre a movimentação de carga e passageiros irão considerar os totais sem o volume movimentado desses aeroportos.

Em janeiro de 2013, 11,3 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 9% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

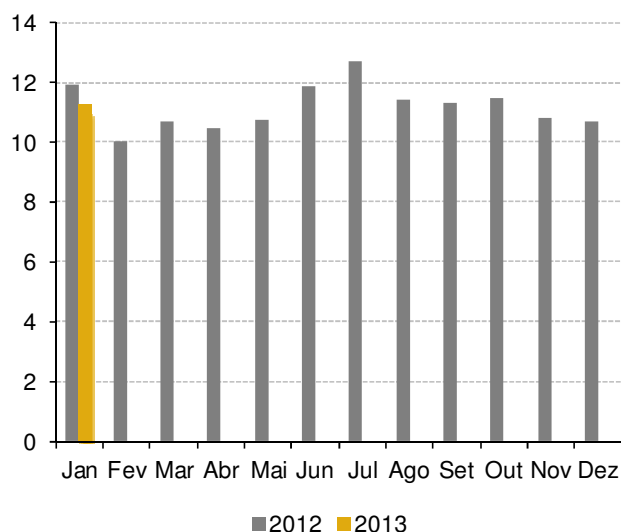
A movimentação de carga aérea total no País, em janeiro de 2013, foi de 16 mil toneladas, montante 9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas  
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros  
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

### 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a fevereiro de 2013, foi de 72 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 8% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (209%). O minério de ferro correspondeu a 79% do total movimentado entre janeiro e fevereiro de 2013.

## Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Fev

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Fev (mil TU)	Jan-Fev (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	56.617	51.607	10
Produção Agrícola (exceto soja)	3.754	1.217	209
Indústria Siderúrgica	2.253	2.574	-12
Soja e Farelo de Soja	2.077	3.386	-39
Carvão/Coque	1.672	1.688	-1
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	1.452	1.572	-8
Grãos Minerais	1.240	1.432	-13
Aubos e Fertilizantes	764	904	-16
Extração Vegetal e Celulose	695	718	-3
Indústria Cimenteira e Construção Civil	497	757	-34
Cimento	448	433	3
Conteiner	418	348	20
Carga Geral - Não Containerizada	31	52	-40
<b>Total</b>	<b>71.918</b>	<b>66.688</b>	<b>8</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em fevereiro de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 47 milhões de toneladas, montante 1% superior ao averiguado em fevereiro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

#### Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	fev/2013	jan-fev/2013	fev-2013 / fev-2012	Acumulado do ano
Marítimo	44.067	93.827	-1	10
Fluvial	1.122	1.733	32	39
Aéreo	105	238	-7	4
Ferroviário	48	114	-7	10
Rodoviário	798	1.732	6	3
Outros*	894	1.860	43	38
<b>Total</b>	<b>47.033</b>	<b>99.505</b>	<b>1</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.



## 7. Investimentos Privados em Infraestrutura

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em janeiro de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 2,9 bilhões, valor similar ao aportado em janeiro de 2012.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	Janeiro/2012 R\$ milhão	Janeiro/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	83	343	12
Energia Elétrica e Gás Natural	581	497	17
Saneamento	90	38	1
Telecomunicações	16	7	0
Transporte	2.120	1.958	69
<i>Aéreo</i>	3	9	-
<i>Aquaviário</i>	10	215	-
<i>Terrestre</i>	2.108	1.734	-
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>2.891</b>	<b>2.842</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

Como o orçamento de 2013 ainda não foi sancionado, a dotação autorizada exposta na análise provavelmente sofrerá alterações. Segue a execução orçamentária da União até 31 de março de 2013.

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,0 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 27 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 1,4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 5,7 bilhões o que representa 50% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 4,7 bilhões, o que representa 17% da dotação autorizada. Até o dia 31 de março, foram liquidados R\$ 637 milhões e pagos do orçamento R\$ 622 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 7,9 bilhões.

## 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 5,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 1,2 bilhão (21% da dotação). Até o dia 31 de março, foram liquidados e pagos do orçamento R\$ 43 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 1,5 bilhão.

Cerca de 82% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 4,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 700 milhões, ou 12%), hidroviário (R\$ 106 milhões) e outros (R\$ 251 milhões).

## 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 12% foram pagos até 31 de março (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 10% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 19 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 37% no Ministério das Cidades (R\$ 6,9 bilhões) e 31% no Ministério dos Transportes (R\$ 5,9 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 4,7 bilhões (25% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 107 milhões até 31 de março. O pagamento realizado foi de R\$ 99 milhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 9,7 bilhões. Restam R\$ 43 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

## 10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Os dados referentes aos investimentos do 1º bimestre das empresas estatais só serão divulgados quando for sancionado o orçamento de 2013. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em 2012, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 107 bilhões. Foram executados, até o primeiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 12 bilhões, equivalentes a 12% da dotação autorizada para 2012. Esse valor foi 12% superior ao desembolsado em 2011, no mesmo período.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2012 foi de R\$ 97,1 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 12 bilhões, o que representa 12% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as estatais em 2012 e respondeu por 93% da despesa realizada até o primeiro bimestre do ano, num total de R\$ 11 bilhões (execução de 13% de sua dotação).

# ANEXOS

## Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2013\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	641	5	1	1	0	1	0	45	46	708
MAPA	95	0	0	0	0	0	0	174	174	950
MCT	498	12	2	1	0	1	0	163	164	975
MDIC	0	0	-	0	-	0	-	9	9	72
MME	34	3	9	0	0	0	0	19	19	38
<b>M. Transportes</b>	<b>5.738</b>	<b>1.185</b>	<b>21</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>1.479</b>	<b>1.522</b>	<b>11.339</b>
M. Comunicações	61	3	5	0	0	0	0	23	23	105
MMA	94	2	2	0	0	0	0	17	17	71
MDA	248	0	0	0	0	0	0	95	95	1.860
M. Defesa	4.792	2.853	60	520	11	514	11	880	1.394	6.009
M. Int. Nacional	2.424	262	11	51	2	47	2	443	489	5.674
M. das Cidades	2.372	170	7	7	0	5	0	716	721	11.865
Outros**	10.053	237	2	13	0	11	0	3.253	3.264	24.364
<b>Total</b>	<b>27.051</b>	<b>4.732</b>	<b>17</b>	<b>636</b>	<b>2</b>	<b>622</b>	<b>2</b>	<b>7.316</b>	<b>7.938</b>	<b>64.030</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

## Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2013\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	700	28	4	1	0	1	0	143	145	1.847
Hidroviário	106	0	0	0	0	0	0	8	8	266
Rodoviário	4.682	1.130	24	41	1	41	1	1.217	1.259	8.759
Outros	251	27	11	0	0	0	0	110	111	467
<b>Total</b>	<b>5.738</b>	<b>1.185</b>	<b>21</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>1.479</b>	<b>1.522</b>	<b>11.339</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

### Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2013\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-0	37	74
União	4.691	-207	758	3.726

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

### Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2013\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-58	1.441	11.265
União	67.119	-257	6.558	60.305

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2013\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.157	0	0	0	0	0	0	647	647	536
M. Planejamento	1	0	18	0	8	0	8	0	0	0
MCT	68	7	10	2	3	2	3	11	12	86
M. Fazenda	27	0	0	0	0	0	0	0	0	160
MEC	1.051	8	1	0	0	0	0	582	582	2.674
M. Minas e Energia	125	26	21	4	3	4	3	68	72	168
M. Saúde	884	33	4	1	0	0	0	215	215	3.330
M. Transportes	5.897	1.200	20	45	1	45	1	1.502	1.547	11.207
M. Cultura	234	0	0	0	0	0	0	56	56	235
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
MDA	100	0	0	0	0	0	0	45	45	1.215
M. Defesa	0	0	0	0	0	0	0	326	326	3.525
M. Integr. Nacional	2.062	240	12	47	2	43	2	368	411	3.509
M. Desenv. Social	128	0	0	0	0	0	0	175	175	129
M. Cidades	6.981	3.173	45	8	0	6	0	5.653	5.659	16.160
<b>Total</b>	<b>18.946</b>	<b>4.687</b>	<b>25</b>	<b>107</b>	<b>1</b>	<b>99</b>	<b>1</b>	<b>9.656</b>	<b>9.755</b>	<b>42.956</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2012  
Estatais e Agências de Fomento

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Minas e Energia	97.102	12.001
Comunicações	1.247	61
Transportes <sup>1</sup>	0	0
Defesa	7	0
Outros	8.653	331
<b>Total</b>	<b>107.010</b>	<b>12.393</b>

<sup>1</sup>Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Indústria	1.368	332
Comunicações	1.245	61
Energia	96.004	11.670
Transporte	3.217	102

Fonte: Portaria n.º 20/2011 do MPOG.

R\$ milhão

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Produção Industrial	2.131	354
Energia Elétrica	10.534	543
Combustíveis Minerais	75.077	10.179
Transporte Aéreo	1.947	82
Transporte Hidroviário	2.418	48
Transportes Especiais	5.420	563

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 1º bim.
Grupo Eletrobrás	10.568	509
Grupo Petrobras	86.534	11.492
Cias DOCAS <sup>2</sup>	1.112	10
Infraero <sup>2</sup>	2.012	83

<sup>2</sup>Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 28 de março de 2013.